



**ANFIP
NACIONAL**
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Linha Direta

#17
ANO XXXIII
ABRIL/2026

TV ANFIP

Especialista esclarece dúvidas sobre IRPF 2026

Live sobre o IRPF 2026 esclarece dúvidas sobre mudanças, critérios, declaração e demais aspectos relacionados ao tributo. A transmissão ocorreu pelo YouTube, com a participação do supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca.

•pág 3

Internet

Nova página restrita da ANFIP Nacional está no ar

Mais simples, rápida e segura. Já está disponível a nova área restrita, um espaço exclusivo na internet onde os associados têm acesso a informações de interesse, como documentos, ações judiciais, serviços institucionais e atualizações de todos os setores da Associação.

•pág 6

Institucional

Conselhos reforçam integração institucional

Em reunião conjunta, Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes da ANFIP Nacional marcam um importante momento de alinhamento institucional, com foco no fortalecimento do diálogo e na tomada de decisões estratégicas em defesa dos interesses dos associados.

•pág 10

Advogados apresentam impactos de decisão em processo paradigma dos 3,17%

•pág 2



ANFIP Nacional explica impactos de decisão em processo paradigma dos 3,17%

Em live realizada dia 27 de abril, a ANFIP Nacional apresentou aos associados um panorama atualizado do processo dos 3,17%, com foco na recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no chamado processo paradigma — ação que orienta os critérios a serem aplicados em todas as demais execuções relacionadas ao tema.

Participaram da transmissão a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Dorimar de Almeida Souza, o advogado Rodrigo Cartafina, da ANFIP, e a advogada Priscila Abritta, do escritório Mota & Advogados Associados.

Processo paradigma – O ponto central da discussão é o processo paradigma, instrumento utilizado pelo Judiciário para uniformizar decisões em casos semelhantes. Como explicou Priscila Abritta, “a ideia do tribunal ao definir um processo paradigma é julgar em definitivo esse processo e, a partir daí, replicar todos os critérios de cálculo nos demais processos que estão na mesma situação”.

No caso dos 3,17%, essa definição impacta diretamente centenas de execuções ainda em andamento, especialmente aquelas cujos embargos ainda não transitaram em julgado, e, de forma indireta, também pode alcançar processos já em fase final.

A recente decisão do STJ, proferida após recurso do INSS, alterou significativamente os critérios de cálculo dos juros de mora. Antes, havia entendimento favorável aos exequentes, com aplicação de juros de 1% ao mês até 2009. Com a nova decisão, os juros passam a ser de

1% apenas até 2001 e de 0,5% a partir daí.

Segundo Priscila, “essa diferença de 1% para 0,5% durante um período de oito anos gera impacto significativo nos cálculos”, o que motivou a atuação da Entidade e do escritório na tentativa de reversão da decisão.

Impacto financeiro – Durante a live, foram apresentados exemplos práticos para ilustrar os efeitos da mudança. Em um caso simulado, o valor bruto estimado caiu de R\$ 88.474 para R\$ 73.438, uma redução de aproximadamente 17%.

Rodrigo Cartafina destacou que a decisão não afeta apenas casos isolados. “Não estamos falando de uma decisão que vai atingir um grupo específico, mas de algo que repercute em todas as execuções vinculadas ao processo paradigma”, destacou.

Ele também ressaltou que não há possibilidade de decisões individuais quanto à interposição de recurso. “Não existe a possibilidade de que alguns queiram recorrer e outros não; a decisão será única e válida para todos”, enfatizou.

Assembleia – Diante do curto prazo para interposição de embargos de declaração, o escritório adotará medida imediata para preservar o direito de recurso. “Vamos entrar com os embargos para não perder o prazo, e, na sequência, levar a decisão à assembleia”, explicou Cartafina.

A ANFIP convocará na próxima semana uma assembleia geral específica para que os exequentes deliberem sobre a continuidade ou não do recurso. “O que ficar decidido pela ▶

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Albenize Gatto Cerqueira

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

Estagiárias:
Agnes Sena e Bianca Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



maioria será respeitado tanto pelo escritório quanto pela Entidade”, afirmou Priscila Abritta.

A iniciativa busca garantir transparência e participação ampla dos envolvidos. “Não seria justo que essa decisão fosse tomada por um grupo restrito. Estamos tratando de milhares de pessoas e de valores relevantes”, completou a advogada.

Contexto – Priscila Abritta também lembrou o histórico do processo dos 3,17%, que sofreu atrasos significativos nos últimos anos. Essa demora ocorreu, conforme explicou, por conta de uma decisão de conflito de coisa julgada, que chegou a extinguir execuções.

“Não éramos nem pra estarmos aqui falando desse processo. É importante a gente lembrar. Esse processo era para estar extinto. A gente restaurou o direito, então toda essa demora foi pra que nós pudéssemos estar aqui fazendo essa live hoje. Levamos cerca de três a quatro anos para reverter esse cenário e permitir o prosseguimento das ações”, frisou a advogada.

Atualmente, há cerca de 500 execuções desmembradas, sendo que a maioria já foi paga. Estima-se que entre 3 mil e 3,5 mil beneficiários

ainda aguardam a conclusão dos processos.

28,86% – Ao final da live, os advogados também esclareceram dúvidas sobre a ação dos 28,86%. Conforme explicado, os precatórios expedidos no âmbito de acordo com o INSS estão sendo emitidos com ordem de bloqueio.

A medida decorre de exigência do próprio acordo, para permitir a verificação de eventual litispendência. Priscila Abritta esclareceu que, como o INSS possui uma estrutura menor que a AGU, foi necessário estabelecer que os precatórios fossem expedidos com bloqueio, para que a análise fosse feita posteriormente.

Após essa verificação, o objetivo é afastar possíveis pendências e viabilizar a liberação dos valores. A expectativa apresentada é de que a situação seja regularizada até julho para os precatórios expedidos em 2025.

A ANFIP reforça que seguirá prestando informações aos associados e orienta a participação na assembleia, onde será tomada a decisão sobre os próximos passos do processo dos 3,17%. Assim que definido edital e data, todas as informações serão divulgadas na página da Associação.

Na TV ANFIP, especialista esclarece dúvidas sobre IRPF 2026

ANFIP Nacional realizou, dia 29 de abril, uma live sobre o Imposto de Renda 2026 para esclarecer dúvidas sobre mudanças, critérios, declaração e demais aspectos relacionados ao tributo. A transmissão ocorreu pelo YouTube, no canal da TV ANFIP, e contou com a participação do vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Adilson da Silva Bastos, e do supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca, que orientaram os participantes sobre o tema.

Fim da DIRF e impactos na declaração - Durante a transmissão, foram abordadas as principais mudanças no cenário atual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com destaque para a extinção da Declaração

do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF). Antes utilizada para consolidar anualmente as informações de rendimentos dos contribuintes, a obrigação foi suspensa e substituída pelo envio de dados por meio do eSocial e da base da Reinf. Enquanto a DIRF reunia os dados anuais de forma consolidada, o eSocial exige o envio das informações mês a mês pelas empresas.

Outro ponto destacado foi a divergência de informações enviadas por empresas e fontes pagadoras, que pode refletir diretamente na declaração pré-preenchida e resultar em retenção na malha fina. Segundo o supervisor José Carlos, muitos contribuintes tiveram declarações contestadas por esse motivo. Por isso, a recomendação é de que os contribuintes ▶

não utilizem a declaração pré-preenchida como única base para o envio do documento.

Planos de saúde e reanálise automática

- A live também tratou das despesas médicas e dos abatimentos permitidos na declaração. Foi explicada a funcionalidade da reanálise automática. De acordo com os especialistas, quando a declaração estiver correta, mesmo que inicialmente apresente divergências, a correção pode ocorrer automaticamente, sem a necessidade de retificação.

Receita Saúde e risco de malha fina

- Entre as novidades apresentadas pelos Auditores Fiscais da RFB, esteve o aplicativo Receita Saúde, ferramenta obrigatória para profissionais da saúde que emitem recibos dedutíveis do Imposto de Renda. Pelo aplicativo, o profissional informa o CPF do paciente, a data da consulta e o valor pago, gerando automaticamente o recibo, que é integrado à declaração pré-preenchida tanto do profissional quanto do paciente.

Caso esse procedimento não seja realizado, não é possível fazer o lançamento retroativo no sistema, sendo necessário que o profissional declare o rendimento manualmente e que o paciente informe a despesa médica em sua própria declaração.

Os participantes alertaram que, mesmo com a emissão do recibo, ainda há possibilidade de cair na malha fina, já que a Receita Federal não compara apenas valores declarados, mas também verifica se os montantes pagos ou recebidos são compatíveis com a renda informada.

Regras para dedução de despesas médicas - Foi reforçado que despesas médicas só podem constar em uma única declaração e devem estar vinculadas ao titular, dependente ou alimentando. Além disso, a dedução é permitida apenas para quem efetivamente suportou o ônus da despesa. Em alguns casos, o titular pode ser chamado para comprovar quem arcou com os custos. Também foi explicado o conceito de unidade familiar, incluindo ascendentes, como pais, e descendentes, como filhos.

Entre as despesas dedutíveis estão pagamentos realizados pelo contribuinte ou seus dependentes, inclusive alimentandos em razão de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública. Também são aceitos pagamentos feitos diretamente a profissionais da saúde ou hospitais, desde que o valor conste na conta dessas instituições ou profissionais.

Foram citados como exemplos internações hospitalares ou residenciais, clínicas geriátricas consideradas hospitalares, excluindo asilos ou casas de repouso, além de itens e procedimentos como marcapasso, aparelhos ortodônticos, lentes de catarata, próteses, placas em cirurgias ortopédicas, atendimentos odontológicos, assistente social, massagista, enfermeiro, nutricionista, instrumentador cirúrgico, pilates e quiropraxia, quando configurados como fisioterapia, vacinas, medicamentos e botox.

No caso de pessoas com deficiência física ou mental, gastos com escolas específicas para atender às necessidades do paciente também podem ser considerados despesas médicas.

Principais mudanças para 2026 - Dentre as principais mudanças para 2026, foi destacada a atualização dos critérios de obrigatoriedade para entrega da declaração. Deverão declarar os contribuintes com rendimento tributável superior a R\$ 35.584,00 e aqueles com atividade rural acima de R\$ 177.920,00.

Restituição e cronograma de pagamentos - Em relação à restituição, foi explicado que o valor corresponde à devolução de quantias pagas a mais ou cobradas indevidamente. Um projeto da Receita prevê o pagamento em quatro lotes, sendo 80% distribuídos nos dois primeiros. Os pagamentos ocorrerão ao final dos meses de maio, junho, julho e agosto, mediante validação da chave PIX vinculada ao CPF.

Declaração online e PGD - A transmissão também destacou a evolução da declaração online. Disponível no aplicativo ou no portal da Receita Federal, a solução “Meu Imposto ▶



de Renda” representa um movimento para a extinção do Programa Gerador de Declaração (PGD). Entre as novidades estão: alertas online, inclusão de rendimentos de renda variável e a possibilidade de cadastrar a chave PIX após o envio da declaração. Segundo o convidado, o sistema emite avisos constantes de irregularidades para evitar que o contribuinte caia na malha fina.

No entanto, nem todos podem utilizar a declaração online. Estão excluídos casos de declaração de final de espólio, saída definitiva do país e importação de informações relativas a ganho de capital ou atividade rural.

Outra diferença destacada entre o PGD e a versão online é que, nesta última, bens móveis e imóveis não sofrem alteração automática de valor, salvo quando o contribuinte informa algum evento que justifique acréscimo ou decréscimo.

Evolução da declaração pré-preenchida
- A evolução da declaração pré-preenchida também foi abordada. Agora, o sistema pode incluir informações sobre DARFs pagos e núcleos familiares, desde que esses dados constem no cadastro e nas três últimas declarações, com filiação devidamente registrada no CPF.

A Receita cruza informações para verificar

se os rendimentos informados conferem com informes salariais e bancários, se despesas médicas e educacionais são compatíveis, entre outras informações.

Novos campos e tributação de apostas
- Entre as novas informações disponíveis na declaração estão os campos para informar rendimentos e bens relacionados a apostas, além de raça e cor (opcional) e nome social.

Sobre as plataformas de apostas, foi informado que, desde fevereiro deste ano, as empresas do setor passaram a ser tributadas e os apostadores ficaram obrigados ao pagamento de impostos. As plataformas devem disponibilizar o “comprova bet”, documento que informa quanto o usuário apostou e quanto ganhou.

Com esses dados, o contribuinte deve acessar a aba de apuração de ganhos no site da Receita Federal para declarar ganhos e perdas. Caso o valor ultrapasse o limite de isenção de R\$ 28 mil, o excedente será tributável.

Lives da RFB – José Carlos também informou sobre o retorno das lives promovidas pela Receita Federal sobre o IR em 2026, após a suspensão em 2025. Os encontros ocorrem sempre às quartas-feiras, às 15h, no canal da instituição no YouTube.

Reveja a transmissão completa no canal da TV ANFIP. Clique [aqui](#) ou acesse no Youtube.

Nova área restrita da ANFIP Nacional está no ar: mais simples, rápida e segura



Entre as funcionalidades disponíveis na área restrita, o associado pode:

- Atualizar dados cadastrais
- Acessar benefícios e convênios
- Acompanhar processos
- Histórico financeiro
- Utilizar o ConsultÁgil
- Consultar documentos

O login é feito por meio do site da ANFIP. Basta clicar [aqui](#) ou vá no “Menu” (três barrinhas no canto superior esquerdo). Em seguida, selecione a primeira opção em azul “Área Restrita”. Depois, basta informar seu CPF e senha – o mesmo do espaço anterior.

Acesse agora e conheça todas as novidades.

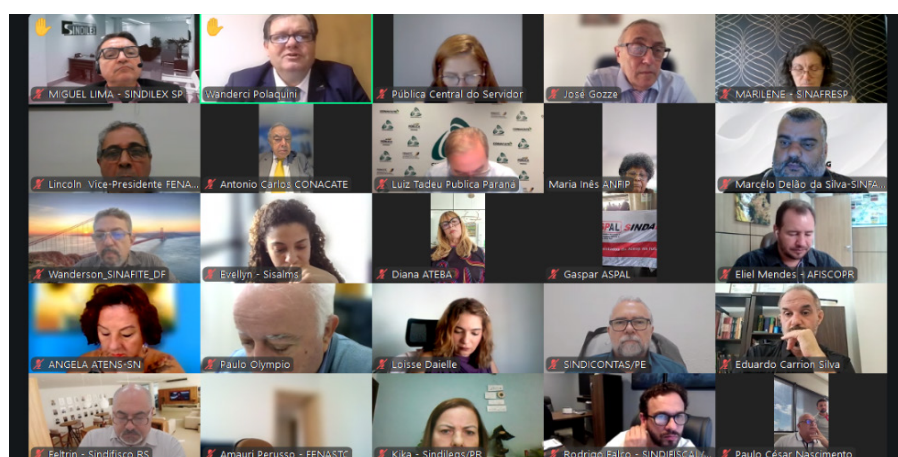
A ANFIP Nacional informa que já está disponível a nova área restrita, um espaço exclusivo onde os associados têm acesso a informações de seu interesse, como documentos, ações judiciais e atualizações de

todos os setores da Associação. O ambiente foi desenvolvido para facilitar o acesso aos diversos serviços institucionais, com navegação simplificada, mais segurança e melhor desempenho, seja no computador, tablet ou celular.

Pública Central do Servidor promove reunião do Conselho Deliberativo

A vice-presidente de Política de Classe e Salarial, Maria Inês Borges Ávila, participou, dia 28 de abril, da reunião do Conselho Deliberativo da Pública Central do Servidor para análise de temas estratégicos e administrativos da entidade.

Dentre os principais pontos da pauta, estiveram em debate a realização do Congresso da Pública, a definição da dotação orçamentária, a prestação de contas da Diretoria Executiva e a análise dos Programas



Anuais de Trabalho.

Também foram abordados o planejamento estratégico da Central Sindical e a apresentação dos relatórios

financeiros anuais, além de outros assuntos institucionais relevantes para o funcionamento e o fortalecimento da entidade.

Instalação da Conselho Consultivo marca mais um momento histórico da ANFIP Nacional



ANFIP Nacional deu um passo histórico ao instalar, em 29 de abril, em Brasília, o Conselho Consultivo da Entidade, órgão inédito com previsão no Estatuto Social. Pela primeira vez, todos os ex-presidentes da Associação foram reunidos em um espaço permanente de diálogo, orientação e assessoramento estratégico ao Conselho Executivo.

O evento contou com a participação de conselheiros e ex-conselheiros da Entidade. O coordenador do Conselho Fiscal, Ariovaldo Cirelo, explicou que a instalação atende a uma determinação estatutária e a um desejo manifestado na Convenção Nacional, instância máxima de deliberação da ANFIP. “Essa Comissão tem natureza opinativa e estratégica, destinada a prestar assessoramento ao Conselho Executivo, mediante solicitação”, destacou.

Cirelo também ressaltou a relevância do conhecimento acumulado pelos ex-presidentes: “A ANFIP construiu, ao longo do tempo, grandes líderes, que estão aqui presentes, que têm muito conhecimento do Congresso Nacional e da própria Entidade. Então, é muito importante usar toda essa força e esse conhecimento na mediação e articulação política da ANFIP”.

No mesmo sentido, a coordenadora do Conselho de Representantes, Cleide Almeida

Nôvo, também enfatizou a importância da iniciativa para o fortalecimento institucional: “É muito importante a instalação desse Conselho Consultivo, que é constituído por pessoas que deram todo o seu trabalho junto à nossa Entidade. Certamente, conhecedores do trabalho político, administrativo e da atuação da ANFIP. Tenho certeza que esse Conselho tem muito a contribuir conosco.”

Representando as mulheres da ANFIP Nacional, a ex-presidente Margarida Lopes de Araújo fez um pronunciamento marcado pela emoção, destacando o orgulho de integrar o novo colegiado e a importância da preservação da história da Entidade: “Estou realmente emocionada de estar aqui nesse momento, compondo esse Conselho que agrega colegas que já partiram, colegas que aqui estão, que me antecederam e que também me sucederam na grande missão de presidir a ANFIP, coisa que me orgulha muito. Nossa valorosa Entidade tem 76 anos, é muita experiência acumulada, muita luta de todos que aqui estão e dos que já partiram, mas deixaram um legado muito importante.”

O presidente do Conselho Executivo, Carlos José de Castro, ressaltou o simbolismo do momento e a importância da contribuição dos ex-presidentes para o futuro da Entidade: “A nossa semente, plantada em momentos como o de hoje, continuará sendo cultivada por ▶

muitos anos e certamente frutificará. Todos os ex-conselheiros presentes, e também os que participam virtualmente, merecem o nosso reconhecimento, porque, se estamos aqui hoje, é graças ao trabalho sério, dedicado e competente de cada um de vocês.”

Carlos Castro também destacou o caráter especial da ocasião: “Não poderia haver forma melhor de celebrar os 76 anos da ANFIP [completados neste mês] do que um momento como este.” E completou: “Eu saio muito mais rico e mais sábio ao conviver com todos vocês. Só me resta agradecer o apoio e a presença.”

Falando em nome dos ex-presidentes, Antônio Rodrigues de Sousa Neto elogiou a criação do Conselho Consultivo e destacou o papel transformador da ANFIP na trajetória de seus dirigentes: “Eu aprendi muito na ANFIP. Não há ex-presidente que não possa testemunhar que a Entidade foi mais do que uma universidade ou um curso de pós-graduação. Foi uma verdadeira lição de vida.”

Neto apontou, ainda, alguns desafios do novo órgão: “Esse Conselho Consultivo tem o desafio de não ser meramente decorativo, mas de ajudar a construir, junto com a atual gestão, uma nova Entidade, capaz de responder às transformações da realidade. É uma oportunidade de colocarmos nossa experiência e visão a serviço da ANFIP, contribuindo para uma nova jornada.”

Após os pronunciamentos, o presidente do Conselho Executivo declarou oficialmente instalado o Conselho Consultivo da ANFIP Nacional. Mediante consulta do presidente Carlos Castro e com a anuência da maioria, assume a coordenação do colegiado o ex-presidente Álvaro Sólton de França.

O evento contou ainda com a participação virtual dos ex-presidentes Assunta de Dea Bergamasco e Severino Cavalcante, que parabenizaram a medida e destacaram a importância do novo Conselho para o fortalecimento da Entidade.

Conselho Executivo debate pautas de interesse dos associados



A ANFIP Nacional sediou, dia 28 de abril, a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Executivo. O encontro teve como foco a discussão de pautas de interesse dos associados e o alinhamento de ações estratégicas da Entidade.

A abertura da reunião foi conduzida pelo presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, que elogiou o trabalho prestado pelos conselheiros e agradeceu a presença de todos.

Durante a programação, os vice-presidentes de Assuntos Jurídicos, Maria Dorimar de Almeida Souza; de Serviços Assistenciais, Margarida Lopes de Araújo; de Administração, Luiz Spricigo; de Comunicação Social, Albenize Gatto Cerqueira; e de Cultura Profissional, Jamile Jabra Malke, apresentaram os trabalhos realizados no período, bem como os planos para os próximos meses.

Na oportunidade, foi criado um grupo de trabalho, coordenado pelo vice-presidente ►

Executivo, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, e formado por Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais), Wanderson Dias Ferreira (Assuntos da Seguridade Social), Luiz Gonçalves Bomtempo (Assuntos Aduaneiros) e Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial), todos presentes à reunião, com o objetivo de avaliar emendas ao Projeto de Lei nº 1.893/2026, que trata da regulamentação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à negociação coletiva no serviço público.

A reunião contou, ainda, com a apresentação das comissões internas, informações sobre

o Projeto ANFIP nos Estados, deliberação de resolução, discussão sobre a unificação da ANFIP Nacional com outras entidades e a abordagem de assuntos gerais.

Participaram também os vice-presidentes Maria Aparecida Andrade Maia (Assuntos Fiscais); Lucimar Ramos de Lima Ramalho (Aposentadorias e Pensões); Adilson da Silva Bastos (Estudos e Assuntos Tributários); Daniel de Assis (Orçamento e Finanças); e Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas). O encontro contou, ainda, com a presença dos assessores Décio Bruno Lopes e Maria Beatriz Fernandes Branco.

Conselheiros analisam uniformização de ações



O Conselho de Representantes da ANFIP Nacional reuniu-se dia 29 de abril, em Brasília, para cumprir uma pauta voltada a assuntos de interesse das unidades estaduais, com o objetivo de uniformizar informações e otimizar o trabalho conjunto. A reunião foi conduzida pela coordenadora da Mesa do Conselho, Cleide Almeida Nôvo.

Na abertura oficial, o presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, manifestou satisfação em reencontrar o colegiado — que já coordenou quando presidiu a Estadual de Goiás — e apresentou o processo de renovação de ações conduzido pelo Conselho Executivo. O dirigente reafirmou a importância do projeto ANFIP do Futuro para todas as unidades da federação, destacou as vantagens decorrentes da unificação e mencionou a expectativa de contar, em breve, com a adesão efetiva de São Paulo.

Carlos Castro também ressaltou as mudanças programadas, especialmente no setor Jurídico,

com a reformulação do atendimento aos associados, o fortalecimento da transparência na divulgação dos processos judiciais e o aprimoramento da responsabilização dos escritórios contratados. Diversos relatos foram apresentados, e as resoluções deverão orientar a atuação da área. “Vamos dotar o setor Jurídico de instrumentos eficazes de controle de ações, para que tenhamos plena clareza sobre o conjunto de processos existentes”, destacou o presidente.

Após o cumprimento das orientações estatutárias, Cleide Almeida Nôvo apresentou, de forma detalhada, a pauta de debates, que incluiu a deliberação de resolução; a análise e deliberação de pareceres emitidos pelos Grupos de Trabalho sobre os relatórios de atividades da Presidência e das Vice-Presidências do Conselho Executivo, bem como os respectivos Planos de Ação da Gestão 2024/2025; além da apreciação do parecer da Comissão de Finanças e do Projeto Sociocultural.

Conselho Fiscal examina contas do primeiro trimestre de 2026



O Conselho Fiscal da ANFIP Nacional realizou, entre os dias 28 e 30 de abril, reunião ordinária para análise da execução orçamentária e financeira da Entidade referente ao primeiro trimestre do ano.

A abertura do encontro foi realizada com a presença do presidente do Conselho Executivo, Carlos José de Castro, e contou com a presença do coordenador, Ariovaldo Cirelo, e dos conselheiros Antonio Carlos Silveira e Gilson Fernando Ferreira de Menezes, que assume o

lugar de Gilberto Pereira, que tomou posse, no dia 15 de abril, como presidente da ANFIP-DF.

A pauta da reunião foi centrada na avaliação dos documentos contábeis relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março. A atividade atende às atribuições estatutárias do colegiado, especialmente no que se refere à fiscalização da gestão financeira e à emissão de pareceres técnicos.

Entre os principais pontos em análise estão a execução orçamentária, a movimentação financeira e a consistência dos registros contábeis da ANFIP Nacional. Ao final dos trabalhos, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer e o Relatório Gerencial do período.

A atuação do Conselho Fiscal é considerada essencial para o fortalecimento da governança institucional, ao assegurar o controle e a conformidade dos atos administrativos e financeiros da Entidade.

Em reunião conjunta, Conselhos da ANFIP reforçam integração institucional

Os Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes da ANFIP Nacional realizaram reunião conjunta, dia 29 de abril, em Brasília. O encontro marcou um importante momento de alinhamento institucional, com foco no fortalecimento do diálogo e na tomada de decisões em defesa dos interesses dos associados.

A abertura foi conduzida pelo presidente Carlos José de Castro, que destacou a relevância da reunião para a condução dos trabalhos da Entidade, agradeceu a presença de todos e ressaltou



a importância dessa parceria entre os Conselhos para o fortalecimento da ANFIP.

Em seguida, a coordenadora do Conselho de Representantes, Cleide Almeida Nôvo, deu as boas-vindas aos participantes e enfatizou o compromisso

coletivo com o avanço das atividades. “É uma satisfação muito grande estar com todos vocês, que saem do seu estado, para estar aqui conosco no início desse trabalho. Eu desejo a todos um bom trabalho, que seja próspero, que ►

possamos ter boas discussões e decisões assertivas”, ressaltou.

Já o coordenador do Conselho Fiscal, Ariovaldo Cirelo, compartilhou sua trajetória na Entidade e a satisfação em integrar o colegiado. “Para mim é uma alegria porque por muito tempo eu fui da Regional de São Paulo, desde 1989, e não podia vir para a ANFIP Nacional, porque tinha trabalhos na área jurídica que me impediam de vir para cá. Foram 27 anos até poder vir para cá. E nos três últimos exercícios eu consegui fazer parte do Conselho Executivo da ANFIP. Agora, estou como coordenador do Conselho Fiscal. Confesso que, para mim, isso é um motivo de muita alegria. Então, aproveito o momento para fazer esse preâmbulo e cumprimentar todos os presentes”, disse.

O encontro também marcou o encerramento dos trabalhos da Comissão ANFIP do Futuro. Na ocasião, Floriano José Martins, de Santa Catarina, integrante do grupo, apresentou

o relatório final da Comissão, destacando avanços importantes para a modernização da Entidade.

Dentre os principais resultados, está a unificação das mensalidades e das inscrições da ANFIP Nacional com as Estaduais, além da padronização dos nomes das entidades, que passam a adotar a sigla ANFIP seguida da identificação do estado. As medidas representam um passo significativo para o fortalecimento da representatividade nacional e estadual, além de promover maior eficiência administrativa.

Com a conclusão dos trabalhos e a entrega do relatório, a Comissão ANFIP do Futuro foi oficialmente dissolvida, abrindo espaço para uma nova etapa de planejamento e desenvolvimento institucional, com a criação da Comissão de Evolução Institucional, que dará continuidade às ações estratégicas da Entidade.

Estaduais

ANFIP-DF elege nova Diretoria para o biênio 2026/2028



A ANFIP-DF, estadual do Distrito Federal, realizou, no dia 15 de abril, eleições para a nova Diretoria, biênio 2026/2028. O Auditor Fiscal Gilberto Pereira assume a presidência da Entidade, sucedendo Léa Pereira de Mattos.

Ao tomar posse, Gilberto Pereira deixa a vaga de membro titular do Conselho Fiscal da

ANFIP Nacional, que passa a ser ocupada pelo suplente Gilson Fernando Ferreira de Menezes.

A nova composição da Diretoria da ANFIP-DF ficou definida da seguinte forma:

- Vice-presidente Executiva: Léa Pereira de Mattos
- Vice-presidente de Administração: Floriano Martins de Sá Neto
- Vice-presidente de Orçamento e Finanças: Marcio Nunes Resende
- Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Maria José de Paula Moraes

Para o Conselho Fiscal, assumem como titulares Paulo Cesar Andrade Almeida, Sérgio Augusto Falcão Ibaldo e Jack Mariano Martins Sampaio. Como suplentes, foram eleitos Onésimo Stafuzza, Roberto Machado Barcellos e Darcy Luiz de Oliveira.

Benefícios

Clube de Vantagens oferece descontos especiais em eletrodomésticos

O clube ANFIP Mais Vantagens, programa que oferece benefícios exclusivos aos associados, está com ofertas especiais em eletrodomésticos de grandes marcas do mercado, com condições imperdíveis e descontos de até 50% para renovar a casa.

Confira algumas das promoções em destaque:

- Geladeira duplex evolution Samsung;
- Lava e seca LG com inteligência artificial;
- Lava-louças Brastemp;
- Micro-ondas Panasonic; e
- Forno elétrico Atlas.

Para aproveitar as ofertas, acesse [aqui](#) a plataforma de convênios, consulte as condições de compra e as redes participantes. Encontre a opção ideal para modernizar sua casa pagando menos.

As promoções são exclusivas para associados e seus dependentes.



Fale com a ANFIP

Geral

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

Aposentadorias e Pensões

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

Comunicação Social

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

Jurídico

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

Cadastro

E-mail: cadastro@anfip.org.br

Presidência

E-mail: presidencia@anfip.org.br

Secretaria

E-mail: secretaria@anfip.org.br

Serviços Assistenciais

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
You Huul: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300